

PROCESSO	- A.I. Nº 206825.0016/01-0
RECORRENTE	- L. J. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
RECORRIDA	- FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO	- RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 2ª JJF nº 2201-02/01
ORIGEM	- INFAZ IGUATEMI
INTERNET	- 08.03.02

2ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0098-12/02

EMENTA: ICMS. LIVROS FISCAIS. REGISTRO DE INVENTÁRIO. FALTA DE ESCRITURAÇÃO. Modificada a decisão. Não restou provado que a falta do referido livro se constituiu em impedimento definitivo da apuração do imposto no período, como exige a legislação, diante da escrituração do mesmo. Cabível apenas a multa, prevista no art. 42, XV, "d", da Lei nº 7.014/96, com as alterações posteriores. Recurso **PARCIALMENTE PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário da decisão da 2ª Junta de Julgamento Fiscal que houvera julgado PROCEDENTE o Auto de Infração nº 206825.0016/01-0, exigindo pagamento de multa no valor de R\$12.182,68, relativo a mercadorias sujeitas à tributação de 5% do valor comercial, entradas no estabelecimento durante o exercício de 2000, em razão da falta de escrituração do livro Registro de Inventário.

A Decisão Recorrida julgou que restou verificado que, após solicitada a apresentação do livro Registro de Inventário, o mesmo foi apresentado sem a escrituração do estoque do exercício de 2000, fato que impossibilitou a aplicação dos roteiros normais de fiscalização, caracterizando obstrução a fiscalização, conforme art. 42, XII da Lei n.º 7.014/96, sendo impertinente a alegação de que tal fato poderia ser estendido até a data da fiscalização. Assim, o contribuinte infringiu o art. 330, parágrafo 7º do RICMS/97, que obriga a realização de escrituração dentro de 60 dias contados do balanço ou último dia do ano civil.

O recorrente interpôs Recurso Voluntário suscitando a nulidade do ato impugnado por não ter apreciado matéria preliminar de defesa, cerceando, portanto, este direito. Ademais, alegou que em nenhum momento o autuante demonstrou que outros roteiros de fiscalização não poderiam ser aplicados, ao revés, disse que poderia efetuar Levantamento Quantitativo utilizando o intervalo sugerido, manifestando apenas inconformismo com o deslocamento da data da ocorrência. Além disso, não ficou caracterizado a não apresentação de outros livros. Afirmou ainda que jamais deixou de informar através de DMAs o valor de seu estoque ou escriturar seus livros fiscais, possibilitando a aplicação de outro roteiro de fiscalização. Alegou que o autuante apenas juntou uma única intimação para a apresentação do livro de Inventário, sendo prudente na oportunidade uma nova intimação para depois uma aplicação de multa. Ressaltou, ainda, que foi desconsiderado no julgamento a apresentação do Registro de Inventário junto com a defesa inicial. Por fim, pediu a Nulidade do Auto de Infração ou a sua Improcedência e, em caráter alternativo, a conversão da multa aplicada para a hipótese do art. 914, inc. XVII, do RICMS.

A PROFABZ, em Parecer, opinou pelo Provimento do Recurso apresentado, entendendo que a falta de escrituração de registro de Inventário não constitui no caso impeditivo definitivo para a apuração do imposto. Disse que é possível a elaboração de Levantamento Quantitativo por estoque em exercício aberto. Nesse sentido, a multa aplicável seria a do art. 42, XV, “d” da Lei n.º 7014/96, correspondente à falta de escrituração de livro fiscal. Daí, concluiu pela reforma da multa aplicada.

VOTO

Concordo com o Parecer da d.ª PROFABZ para conceder Provimento Parcial ao Recurso apresentado.

Trata-se da aplicação da multa de 5% sobre o valor comercial das mercadorias sujeitas à tributação referentes ao exercício de 2000, em razão da falta de escrituração do livro Registro de Inventário.

Porém, conforme opinativo, apenas a falta de escrituração do livro de Inventário não se constitui em óbice à apuração do imposto por outros meios; por exemplo: a elaboração de Levantamento Quantitativo por Estoque em exercício aberto.

Portanto, atendendo ao pedido alternativo do recorrente, a multa aplicável deve ser a do art. 42, XV, “d” da Lei n.º 7014/96, correspondente à falta ou atraso de escrituração de livro fiscal.

Voto pelo PROVIMENTO PARCIAL do Recurso apresentado.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER PARCIALMENTE** o Recurso Voluntário apresentado para alterar a Decisão Recorrida e julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração n.º 206825.0016/01-0, lavrado contra **L. J. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$400,00**, prevista no art. 42, XV, “d”, da Lei n.º 7.014/96, alterada pela Lei n.º 7.753/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 25 de fevereiro de 2002.

HELCONIO DE SOUZA ALMEIDA - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS BARROS RODEIRO - RELATOR

MARIA DULCE HASSELMAN RODRIGUES BALEEIRO COSTA – REPR. DA PROFABZ